

O Impacto da Renda relativa e renda absoluta no bem-estar subjetivo no Grande ABC Paulista

The impact of relative and absolute income on subjective well-being in Brazil's Greater ABC Paulista Region

Alyne Mantoan¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5611-6438>

Leandro Campi Prearo²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6039-1280>

Daniel Giatti³

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1279-404X>

Resumo

Este estudo teve como objetivo principal relacionar o bem-estar subjetivo (BES) e a renda, tanto em sua configuração relativa, quanto absoluta, dos indivíduos domiciliados na Região do Grande ABC Paulista. O referencial teórico da contextualização de bem-estar subjetivo sendo explicado pela renda apresenta além dos conceitos, estudos que apontam relação entre BES e desigualdade de distribuição de renda. Foram utilizadas duas variáveis explicativas, Renda absoluta e Renda relativa (renda absoluta dividida em dez grupos de renda) e quatro variáveis para compor o construto de BES. Os dados da amostra utilizada foram extraídos da pesquisa Socioeconômica da Região do Grande ABC Paulista. A análise se deu por estatísticas descritivas e Modelagem de Equações Estruturais baseada em mínimos quadrados parciais (PLS). O resultado apresentou fraco relacionamento entre o BES e ambas as rendas, porém os indicadores de qualidade global evidenciam que há boa qualidade no modelo.

Palavras-chave: Felicidade. Bem-estar. Renda relativa. Renda absoluta.

Abstract

The main objective of this study was to relate subjective well-being (BES) and income, both in its relative and absolute configuration, of individuals domiciled in the Grande ABC Paulista Region. The theoretical reference of the contextualization of subjective well-being explained by income, presents in addition to the concepts, studies that show the relationship between BES and income inequality. Two explanatory variables were used, absolute income and relative income (absolute income divided into ten income groups) and four variables to compose the BES construct. The data of the sample used was extracted from the Socioeconomic Survey of the Region of Grande ABC Paulista. The analysis was based on descriptive statistics and Modeling of Structural Equations based on partial least squares (PLS). The result was a weak relationship between BES and both incomes, but the overall quality indicators show that there is good quality in the model.

Keywords: Happiness. Welfare. Relative income. Absolute income.

¹ USCS - Universidade Municipal de São Caetano do Sul – São Caetano do Sul/SP, Brasil. E-mail: alyne.mantoan@adm.uscs.edu.br

² Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS - São Caetano do Sul/SP, Brasil. E-mail: leandro.prearo@prof.uscs.edu.br

³ Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS - São Caetano do Sul/SP, Brasil. E-mail: daniel.giatti@prof.uscs.edu.br

INTRODUÇÃO

Presume-se que felicidade é uma das maiores buscas do ser humano. Quando crianças, o bem-estar pouco é afetado por fatores externos, na fase adulta, no entanto, observam-se diversas variáveis que impedem o seu alcance. No estudo de determinantes da felicidade encontram-se diferentes hipóteses a fim de explicar sua variação. Ressalta-se que há dois seguimentos diferentes de bem-estar, o subjetivo e objetivo, sendo o primeiro, ligado à vivência, experiências individuais, emocionais, físicas ou de satisfação pessoal e o outro a fatores de condição de vida, fatores micro e macroeconômicos, como renda, desemprego e inflação (DE NEVE *et al.*, 2012).

Tendo o bem-estar subjetivo como foco, e levando-se em consideração as colocações anteriormente destacadas, pergunta-se de forma repetitiva: Pode o dinheiro comprar felicidade? Yasar (2018) divide os respondentes a essa questão em dois grupos: um que liga o BES ao rendimento médio, renda absoluta, e outro em que a relação BES versus renda é mensurada pela renda relativa, renda de certo indivíduo comparada à dos demais. Nesse segundo grupo, é possível enxergar as conclusões de Richard Easterlin, um dos primeiros e mais conhecidos estudiosos a buscar essa relação. Easterlin aponta em seus estudos que, um aumento global na renda, renda absoluta, a partir de determinado nível de felicidade anteriormente alcançado, não tem efeito sobre o bem-estar global da população. Dessa conclusão surge o Paradoxo de Easterlin (EASTERLIN, 1974). Os estudos e resultados de Richard Easterlin são ainda discutidos quanto à veracidade e aplicabilidade nas mais diversas regiões, principalmente por Veenhoven (SANTOS, 2015).

O nível de felicidade de um indivíduo, apontado pela psicologia, apresenta ponto inicial sempre positivo e pode ser acrescido ou decrescido de acordo

com os acontecimentos da vida de uma pessoa, entretanto, a felicidade, sempre retorna a seu ponto inicial, que é positivo e diferente para cada indivíduo (DIENER; LUCAS; SCOLLON, 2006; FELDMAN, 2015).

O presente estudo busca a comprovação do Paradoxo de Easterlin, além de explicar qual o impacto das rendas: relativa e absoluta, no bem-estar subjetivo (BES) encontrado na amostra probabilística de conglomerados bifásica, considerando uma margem de erro de 3% e nível de significância de 95%, totalizando 1.043 casos já tratados, realizada com indivíduos de idade a partir de 18 anos, da Pesquisa Socioeconômica aplicada nos sete municípios que compõem o Grande ABC Paulista, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. A região, segundo dados do IBGE 2018, totaliza aproximadamente 2,7 milhões de habitantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

Definição de bem-estar

O bem-estar humano é, segundo Corbi e Menezes-Filho (2006), composto por duas dimensões básicas, sendo essas a objetiva e subjetiva.

Segundo Giannetti (2002, p.16), “O bem-estar do ser humano é em parte objetivo, mas é também subjetivo — depende muito de como as pessoas estão se sentindo e avaliando as suas vidas à medida que o mundo à sua volta se transforma.” Para o autor, existem situações extremas que revelam a “dependência recíproca” entre ambas. “[...] para alguém cronicamente deprimido... o viver é insípido e nada recobra o gosto de ser quem se é. Embora cercado de luxo e conforto, sua vida beira o insuportável” (GIANNETTI, 2002, p. 29).

Frey e Stutzer (2000), diferenciam três conjuntos para determinar o bem-estar individual, esses são, a personalidade e

fatores demográficos, como estados civis (família), educação, sexo e idade (Easterlin, 1974) que segundo Frey e Stutzer, há décadas é estudado por psicólogos; os fatores micro e macroeconômicos, como renda, desemprego, inflação (De Neve *et al.*, 2012), sendo esses estudados tanto por economistas, como por psicólogos; e o institucional, ou seja, as condições econômicas e sociais que a constituição de uma determinada nação, sendo ela uma democracia ou federalismo, provocam no BES.

Bem-estar objetivo

O bem-estar objetivo está associado a fatores econômicos, saúde, habitação, segurança, entre outros. Corbi e Menezes-Filho (2006) descrevem o bem-estar objetivo como mensurável, apurado e retratado por indicadores numéricos.

Indicadores de desenvolvimento econômico, como Produto Interno Bruto ou renda *per capita*, são tradicionalmente associados às medidas de qualidade de vida ou bem-estar de uma população, entretanto, como esclarece Prearo (2013), esses mesmos indicadores abrangem em sua mensuração atividades econômicas que podem implicar em efeitos negativos para o bem-estar geral da população, como por exemplo, tratamentos de doenças graves.

Bem-estar subjetivo

O bem-estar subjetivo (BES), foco deste estudo, por sua vez, se dá através da percepção relativa às experiências individuais, sendo essas, emocionais, físicas ou de satisfação. Segundo Diener *et al.* (2009), bem-estar é notoriamente composto por fatores subjetivos, uma vez que, segundo os autores, os indivíduos têm bem-estares quando acreditam que suas vidas vão bem, sendo esse sentimento, independente de prazeres, conforto material ou outros fatores objetivos.

O bem-estar subjetivo tem sua variação correlacionada, segundo Stevenson e Wolfers (2008), com as mudanças nos contextos de vida dos indivíduos. Os autores citam, por exemplo, o casamento como fator de efeito positivo na felicidade e o divórcio, com efeito negativo.

Nietzsche (2011) afirma que o meio infalível de atingir a felicidade para a psicologia rudimentar era a virtude, porém o autor assume que a virtude exclui todas as paixões, e na verdade são as paixões, prazeres, que trazem a felicidade para um indivíduo.

[...] a virtude [...] é a 'razoabilidade' mais alta e porque a 'razoabilidade' torna impossível o erro consistente em se enganar com os meios; enquanto razão a virtude é o caminho da felicidade A mais alta 'razoabilidade' é um estado frio e claro que está longe de provocar aquele sentimento de felicidade que traz consigo toda espécie de embriaguez [...] (NIETZSCHE, 2011, p. 80).

Feldman (2015) cita como exemplo o caso de um indivíduo que ganhou na loteria afirmando que ele provavelmente não se tornaria mais feliz, ou seja, o seu bem-estar subjetivo não aumentaria. Para explicar essa dedução, o autor afirma que psicólogos chegaram a essa conclusão a partir de estudos, os quais demonstraram que, embora inicialmente a felicidade de ganhadores tenha aumentado, após um ano, o nível de bem-estar havia retornado ao que era antes de receberem o prêmio. Algo que pode ser o motivo de países menos desenvolvidos economicamente, de modo geral, terem populações que se consideram felizes (DIENER; BISWAS-DIENER, 2002).

Nietzsche (2011) ainda coloca que o prazer é um sentimento de potência que traz a felicidade para um indivíduo, entretanto esclarece que "Se o mundo tivesse um fim já deveria ter sido alcançado. Se existisse para ele um estado final não tencionado, também já deveria ter sido alcançado". Esse

é o argumento central de Nietzsche para a justificação de sua teoria do ‘Eterno Retorno’, que pode justificar o retorno ao nível de felicidade inicial de um indivíduo (NIETZSCHE, 2011, p. 134).

O modelo de esteira hedônica explica que, temporariamente, eventos bons e ruins afetam a felicidade, mas, as pessoas rapidamente se adaptam à nova realidade, retornando à neutralidade, ou seja, um nível neutro de felicidade, logo os esforços tanto individuais como sociais para o aumento da felicidade são fadados ao fracasso. Diener; Lucas; Scollon (2006) rebatem a neutralidade ao defenderem sempre haver um nível positivo de felicidade nos indivíduos e após terem suas aspirações alcançadas, há ganhos em seu bem-estar (que não era neutro, mas positivo) e com o decorrer do tempo, ao adquirir novos anseios ou se adaptarem à nova realidade, a felicidade retorna a esse primeiro nível positivo.

Feldman (2015) tem conclusões próximas as de Diener; Lucas; Scollon (2006) quando busca explicar o fato da felicidade não se manter sempre crescente. Explica que embora alguns eventos possam elevar ou diminuir o bem-estar de um indivíduo, como por exemplo, uma promoção ou a perda do emprego, as pessoas em geral acabam retornando ao seu nível geral de felicidade, podendo não ser exatamente o nível inicial, porém próximo do mesmo.

Richard Easterlin buscou compreender a relação entre a felicidade (BES) e renda, dentro e entre países ao longo do tempo. Segundo Stevenson e Wolfers (2008) em ambas as abordagens, Easterlin encontrou pouca evidência significativa da relação entre a renda agregada e o BES.

Renda Relativa e Renda absoluta

Segundo Yasar (2018), a renda relativa é definida como a renda do indivíduo em relação à renda média de um determinado grupo e, esse grupo, de acordo

com Rickardsson e Mellander (2017), consiste nas pessoas mais próximas a esse indivíduo como parentes e vizinhos, Easterlin (1995), destaca que a renda relativa é simplesmente a renda de um indivíduo em relação à dos demais. Já, a renda absoluta pode ser entendida como o PIB ou PIB *per capita* de uma população (YASAR, 2018). Easterlin (1974) aponta que, a renda absoluta de um indivíduo se dá em função do acesso a bens e serviços dos indivíduos. Assim, neste estudo, utilizou-se como renda absoluta de um indivíduo, sua renda familiar total, ou seja, a renda total a qual tem acesso.

Não é a renda absoluta da população, mas a renda de um indivíduo em relação à dos demais que compõe o bem-estar subjetivo de longo prazo. Podemos entender que um aumento global na renda da população, com a distribuição da renda inalterada, terá pouca eficácia no BES, após alcançar o ponto de “saturação” (SACHS, 2018).

Culturalmente, há a ideia de que pessoas mais ricas são mais felizes que as mais pobres, esse fato é explicado por Easterlin pela renda relativa, havendo aos ricos uma favorável comparação para o alargamento do BES. Assim, o aumento na felicidade por meio da elevação da renda é momentâneo e de curto prazo, já que a tendência é de que a renda se torne constante, logo, a felicidade passa a ser também constante (SACHS, 2012).

Paradoxo de Easterlin

O paradoxo de Easterlin é um conceito chave na mensuração de BES, criado por Richard A. Easterlin, professor da *University of Pennsylvania*, disseminado em seu artigo de 1974, “*Does Economic Growth Improve the Human Lot? Some Empirical Evidence*”. Easterlin examinou a relação Felicidade *versus* Renda em diversos países ao longo do tempo e, foi o primeiro economista moderno a revisar o conceito de felicidade (GRAHAM, 2005; FREY; STUTZER, 2000).

Em suas comparações, Easterlin concluiu que em indivíduos de uma mesma nacionalidade, ricos e pobres, há maior diferença em relação à felicidade do que ao se comparar países, ou seja, a renda relativa demonstra maior impacto no bem-estar subjetivo que a renda absoluta (RICKARDSSON; MELLANDER, 2017; FRANK, 2012).

Uma das razões pela relação positiva de curto prazo da felicidade-renda pode ser a Utilidade Marginal Decrescente “...um dólar extra aumenta a satisfação de uma pessoa pobre em 10 vezes mais do que aumenta a satisfação de uma pessoa que é 10 vezes mais rica” (SACHS, 2012, p. 60).

Basicamente o paradoxo de Easterlin é explicado por: “entre os países, num determinado momento, a felicidade e a renda estão positivamente relacionadas, mas com o tempo dentro de um país a felicidade não aumenta como a renda” (EASTERLIN *et al.*, 2010, p. 22467).

Distribuição de renda e BES

Segundo Castro (2012, p. 1020), as políticas sociais internam-se em organismos estatais a fim de estabelecer e colocar em prática uma “série de ações e programas de três tipos básicos: (I) garantia de renda; (II) garantia da oferta de bens e serviços sociais; e a (III) regulação”. O autor deixa claro que as políticas voltadas à garantia de renda são principalmente centradas em transferências monetárias, como pensões, aposentadorias e demais auxílios monetários que os indivíduos podem gastar como preferirem.

A garantia de bens e serviços sociais são obrigações do Poder Público desde a Constituição Federal de 1988, que em seu capítulo II, estabelece:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]IV - salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; [...] (BRASIL, 1988, Arts. 6; 7)

Conforme pode ser visto no Art.7º, inciso IV, o salário-mínimo foi nacionalmente fixado.

O processo de descentralização brasileiro, que visava o fortalecimento financeiro e político dos estados e municípios, segundo Oliveira, Pini, e Feldfeber (2011), foi baseado em que essa seria a saída para o aumento da “eficiência de uso dos recursos, a eficácia das políticas públicas, a transparência das decisões e a geração de condições propícias à responsabilização dos governantes perante seus cidadãos” (OLIVEIRA; PINI; FELDFEBER, 2011, p. 13).

O piso salarial estadual, segundo Kümmel (2016), passou a ser constitucionalmente legal no Art. 7º “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do serviço”. (BRASIL, 1988, Art. 7) Assim, o piso salarial é instituído por lei estadual, Lei Complementar 103/2000, art. 1º. Esta medida proporcionou maior concordância com as condições e custo de vida de cada estado com o salário.

Segundo Tavor *et al.* (2018) a desigualdade de renda e felicidade, BES, se concentra na comparação entre localidades. Em seus resultados, os autores perceberam

que, sabendo que o Gini é o principal índice utilizado para medir desigualdade, a “relação entre o índice de Gini e a Felicidade não é direta e é linear positiva” (TAVOR *et al.*, 2018, p. 2119). Reforçando que, a desigualdade em um nível muito alto pode reduzir a felicidade, quando as pessoas comparam suas rendas relativas com indivíduos de alta renda. Entretanto, regiões com pouca desigualdade na distribuição de renda também podem ter pouca influência no BES. Ainda, destacam que há ambiguidade nos resultados da relação entre desigualdade de renda e BES.

Entretanto, Berg e Veenhoven (2010) ressaltam que a ambiguidade existe, porém, ao analisar com maior cuidado, a relação positiva pode ser notada. Goff, Helliwell e Mayraz (2018) apontam que nações que se importam mais com a questão da distribuição de renda sofrem maior impacto em sua relação com o BES, o que parece ir ao encontro das conclusões de Berg e Veenhoven (2010), ao afirmar que a partir de uma perspectiva ética, a desigualdade de renda funciona de forma neutra.

Berg e Veenhoven (2010) concluem que a desigualdade de renda acompanha menor contentamento, porém melhor humor. Logo, pode-se haver um equilíbrio, a felicidade volta ao seu estado original, ou seja, a felicidade média não é prejudicada pela desigualdade de renda. Entretanto, ao analisar as variáveis utilizadas para medir o BES, separadamente com a variável de desigualdade na distribuição de renda, pode ser visto impacto negativo no BES. Os autores defendem que “Essa abordagem não responde a questão de qual grau de desigualdade de renda é aceitável” (BERG; VEENHOVEN, 2010, p. 8). Os autores ainda colocam que:

À primeira vista, a desigualdade de renda parece estar relacionada à desigualdade de felicidade, e isso sugere que a desigualdade de renda não é compatível com o utilitarismo igualitário. No entanto, quando a riqueza da nação é levada em conta,

essa relação desaparece, o que significa que a desigualdade de renda funciona de forma neutra a partir dessa perspectiva ética. (BERG; VEENHOVEN, 2010, p. 8)

METODOLOGIA

Técnica de Modelagem de Equações Estruturais

De acordo com Kline (2015) a técnica de modelagem de equações estruturais pode ser conhecida por diversos nomes, já que se trata de uma família de modelos: análise de equações estruturais, análise estrutural de covariância, modelo estrutural de covariância ou análise de estruturas de covariância.

Neves (2018, p. 7) resalta que a MEE fornece uma “[...] estrutura muito geral e conveniente para análises estatísticas...”, incluindo diversos procedimentos de análise multivariada. “A análise de regressão é a técnica de análise multivariada mais utilizada” (NEVES, 2018, p. 9).

A Modelagem de Equações Estruturais (MEE) se desdobra em duas técnicas, sendo: baseada em covariância (MEE-BC) e a de mínimos quadrados parciais (MEE-PLS), enquanto a primeira envolve um processo de máxima verossimilhança, ou seja, a minimização das diferenças entre as matrizes de covariâncias esperadas e observadas, a segunda técnica, de mínimos quadrados parciais, se concentra na “...maximização da variância explicada dos constructos endógenos” (HAIR JR. *et al.*, 2014, p. 45).

O modelo PLS tem mais destaque atualmente, segundo Bido *et al.* (2010) por ser um método que possibilita modelar variáveis latentes com indicadores formativos, que são variáveis que explicam o constructo e indicadores reflexivos, que são explicados pelo constructo. Os indicadores de qualidade do modelo PLS, diferenciam a função da direção de

causalidade do modelo, sendo formativo ou reflexivo (PREARO, 2013).

Ainda, é sugerido que o método MEE-BC seja mais adequado para testar a teoria, já que tem possibilidade de ser testado com índices de adequação de ajuste. O método PLS atende aos objetivos de predição, mas tem caráter mais exploratório, já que não há indicadores de ajuste da adequação global do modelo (BIDO *et al.*, 2010).

Algumas análises que indicam a qualidade do modelo são as cargas fatoriais, o Coeficiente de explicação e o *Bootstrapping*, sendo os últimos dois destacados por Prearo (2013) para a análise da qualidade geral.

As cargas fatoriais que demonstram o quanto a assertiva está enquadrada ao constructo, segundo Zwicker *et al.* (2008), são aceitáveis acima de 0,6. O coeficiente de explicação, o R^2 segundo Gujarati *et al.* (2011), apresenta a proporção ou percentual da variação total em que a variável dependente é explicada pelas variáveis explanatórias. Gujarati *et al.* (2011) destacam que quanto mais próximo o R^2 estiver de 1, ou 100%, melhor é a qualidade desse ajustamento. Chin (1998, p.323), apresenta os seguintes cortes como substancial (0,67), moderado (0,33) e fraco (0,19).

Já, o *Bootstrapping* é um processo no qual diversas subamostras são criadas, a partir delas, são realizados testes t de *Student* para a verificação da significância de cada coeficiente estrutural, sendo considerados parâmetros estatisticamente significantes acima de 1,96 (PREARO, 2013).

Vale salientar que o modelo de Mínimos Quadrados Ponderados exige menos premissas para a sua aplicação, como a normalidade multivariada, o que pode explicar sua maior aplicação por parte de estudiosos, esse é o método aplicado nesta análise.

Coleta de dados

O estudo é dado por pesquisa descritiva cujo objetivo primário se trata da “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 42), de *cross-section*, corte transversal, em que os resultados apresentam a realidade de certo momento do tempo, sendo nesse caso especificamente, março de 2017. Os dados secundários utilizados foram provenientes da Pesquisa Socioeconômica do Grande ABC Paulista, realizada pelo Inpes (Instituto de Pesquisas) da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), desde 1983. A atividade de supervisão de campo e verificação dos dados coletados contou com a colaboração da equipe de pesquisa do Instituto de Pesquisas da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (Inpes-USCS).

Segundo a pesquisa Socioeconômica do Grande ABC Paulista (2017), para o cálculo do tamanho da amostra, buscou-se atender os seguintes parâmetros:

- a) margem de erro projetado para o intervalo do resultado: 3%;
- b) coeficiente de confiança do intervalo: 95%;
- c) proporção admitida para a variável principal da pesquisa (por fornecer a amostra máxima necessária): 50%;

Assim, o tamanho da amostra planejada equivaleu a 1.070 casos, distribuídos entre os sete municípios da Região do Grande ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires). Os casos são probabilisticamente distribuídos entre os gêneros, estado civil, escolaridade e nível social. A aplicação se deu através de entrevista pessoal com duração média de 45 minutos, tendo como

critério, o entrevistado ser morador do município e ter idade a partir de 18 anos.

A Operacionalização da Investigação do Construto da Felicidade

Conforme sugerido por Diener *et al.* (2009) e Stevenson e Wolfers (2008), o BES é composto por inúmeros fenômenos e

está relacionado às mudanças nos contextos de vida dos indivíduos. Assim pode ser entendido que a melhor maneira de mensurar o BES de um indivíduo é perguntando a ele como se sente.

Propõe-se, então, como mensuração do bem-estar subjetivo, a escala adaptada de Lyubomirsky e Lepper (1999), apresentada no quadro 1.

Quadro 1 – Mensuração do bem-estar individual. Escala elaborada por Lyubomirsky e Lepper (1999)

Questão	Escala de conceito	Escala de mensuração
Para cada uma das afirmações e/ou questões abaixo, por favor, circule o ponto da escala que você sente como mais apropriado para descrever você.	Em geral, eu me considero...	Semântica Bipolar 1 - Uma pessoa não muito feliz 10 - Uma pessoa muito feliz
	Comparado à maioria dos meus pares, eu me considero...	Semântica Bipolar 1 - Pouco feliz 10 - Muito feliz
	Algumas pessoas são muito felizes. Elas aproveitam a vida, independentemente do que está acontecendo, tiram o máximo proveito de tudo. Até que ponto isso descreve você?	1 - Não totalmente 10 - Totalmente
	Algumas pessoas não são tão felizes. Embora elas não estejam deprimidas, elas nunca parecem tão felizes quanto poderiam ser. Em que medida é que essa caracterização descreve você?	

Fonte: Adaptado de Lyubomirsky e Lepper (1999)

A Operacionalização da Investigação dos Determinantes da Felicidade

Neste estudo a classificação da renda relativa será feita por decis, tendo como referência a escala de renda relativa apresentada por Koay, Eng e Wong (2017), que vai de 1 a 10, em que, 1 (um) indica o grupo de menor renda e 10 (dez) o grupo de maior renda no país, já que, como os autores em seu estudo, obtiveram-se somente os dados de renda absoluta que foram transformados em uma variável de *gaps* de renda, podendo assim, obter informações quanto às pessoas inseridas em cada um dos intervalos apresentados.

Os *gaps* de renda relativa, ou seja, os desvios das rendas relativas das famílias alocadas em cada um dos decis é uma variável utilizada no modelo para a análise da relação bem-estar subjetivo e renda. A partir dos achados apresentados no referencial teórico, a variável renda foi

utilizada na construção do modelo proposto neste estudo.

a) Variável independente:

Renda Absoluta: Soma da renda de todos os indivíduos da família com trabalho e demais fontes, como empregos informais, pensões e aposentadorias, ou seja, a renda total a qual um indivíduo tem acesso.

Preparação do Banco de Dados

Antecedendo a aplicação das técnicas estatísticas foi realizado o tratamento no banco de dados que seguiu os seguintes passos:

- Seleção de cinco variáveis que compõem o perfil sociodemográfico dos indivíduos da amostra, cidade, idade, escolaridade, sexo e classificação econômica, conforme Critério Brasil (ABEP, 2016) que

divide os cidadãos brasileiros em classes econômicas, mediante as condições de vida na qual se enquadra, quatro variáveis correspondentes ao bem-estar, P900A_Felic, P900B_Felic, P900C_Felic, e P900D_Felic, cuja escala de Lyubomirsky e Lepper (1999) disposta no quadro 1 é representada e uma variável que apresenta a renda familiar dos entrevistados, Renda_fam;

- O banco apresentou, no primeiro momento, o total de 1134 casos. Os próximos tratamentos realizados se enquadram na detecção e no tratamento de dados ausentes. A ocorrência de dados ausentes na análise multivariada resulta em perda de informação.
- Detecção e exclusão de 91 casos com informações faltantes, restando 1043 casos;
- Partilhamento da variável Renda_fam em nove divisões, totalizando dez grupos de renda, criando uma nova variável Decis_Renda, que foi utilizada como renda relativa neste estudo, assim como Koay, Eng e Wong (2017) realizaram em seu estudo para relativizar a renda absoluta que, como nesta amostra, era o único dado referente à renda coletado;

Inversão dos valores da variável P900D_Felic, associando, assim, as

respostas mais baixas a um maior nível de BES (A assertiva é dada por: “Algumas pessoas não são tão felizes [...] Em que medida essa caracterização descreve você?”).

Após o tratamento, o banco de dados passou a conter 13 (treze) variáveis com 1043 casos. Kline (2015) recomenda que para a aplicação da técnica de MEE, a amostra tenha no mínimo 20 casos por variável utilizada. Assim, o tamanho da amostra é suficiente para a aplicação da técnica de Modelagem de Equações Estruturais.

RESULTADOS

Apresenta-se o perfil sociodemográfico dos entrevistados desta amostra. Os números apresentados na amostra foram comparados aos dados do Censo Populacional de 2010 do IBGE, no tocante aos dados da Região do Grande ABC Paulista e Região Sudeste do Brasil, no tocante à variável renda.

O sexo dos entrevistados, apresentado na tabela 1, demonstra equilíbrio entre homens e mulheres, diferença de 1,4 p.p. Comparando ao Censo de 2010 da Região do Grande ABC Paulista, demonstra-se a exata realidade encontrada pelo IBGE, uma vez que é observada exatamente a mesma diferença entre os valores que a amostra proporcionou, de 1,4p.p. a mais de mulheres na região, apresentando 48,6% de indivíduos do sexo masculino e 51,4% feminino. (IBGE, 2010).

Tabela 1 - Sexo do Entrevistado

Sexo do entrevistado	
Masculino	48,6%
Feminino	51,4%

Fonte: Dados da pesquisa.

A faixa etária dos entrevistados sugere uma população mais idosa em comparação aos dados do Censo de 2010 da

Região do Grande ABC Paulista. A média de idade apresentada na amostra é de 41 anos, oito anos mais idosa em comparação

à média de idade do Grande ABC Paulista, que é de aproximadamente 33 anos (IBGE, 2010).

Grande parte da amostra se encontra na faixa etária de 30 a 49 anos, 41,6%. Os mais jovens de 18 a 29 anos representam

28,9% e os idosos totalizam 15,3% da amostra.

A Tabela 2 detalha os dados referentes ao perfil de idade encontrado na amostra.

Tabela 2 – Relação percentual de Faixas de Idade

Idade do entrevistado	
18 a 29 anos	28,9%
30 a 49 anos	41,6%
50 a 59 anos	14,2%
60 anos ou mais	15,3%
Idade Média	41 anos
Idade Mediana	37 anos
Desvio-Padrão da idade	16 anos
Coefficiente de variação	39,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Mais da metade da amostra (cerca de 64%) tem pelo menos o ensino médio completo; 14,7% possuem ensino superior completo; apenas 1,2% são analfabetos (só sabem assinar o nome) percentual próximo ao encontrado no Censo (2010), que é de aproximadamente 1%. Vale ressaltar que parte representativa da amostra apresenta escolaridade abaixo do primeiro grau

(Ensino Fundamental Incompleto), chegando a 20,3% da amostra coletada para a realização deste estudo. O nível de escolaridade com maior incidência no banco de dados foi o segundo grau completo (Ensino Médio completo), apresentando 37,7% do total da amostra, um número mais alto em comparação ao Censo (2010), cujo percentual é aproximadamente 30,2%.

Tabela 3 – Relação percentual de Escolaridade

Escolaridade	
Analfabeto (só sabe assinar o nome)	1,2%
Alfabetizado (capaz de ler e escrever um bilhete simples)	0,8%
1º grau incompleto	20,3%
1º grau completo	7,3%
2º grau incompleto	6,3%
2º grau completo	37,7%
2º grau técnico incompleto	1,2%
2º grau técnico completo	3,2%
Superior incompleto	7,3%
Superior completo	14,7%

Fonte: Dados da pesquisa.

Os entrevistados com menor rendimento familiar relativo ao mês de março de 2017 (1º decil - até R\$1300,00) são residentes das cidades de Rio Grande da Serra (18,6%) e Mauá (16,4%), seguidos por Diadema (13,95%) e São Bernardo do Campo (9,5%). Os entrevistados alocados no último grupo, que apresentam maior rendimento familiar (acima de R\$7.765,00),

são em sua maioria moradores de São Caetano do Sul (15,9%) e Santo André (13,7%), seguidos novamente por Diadema (9,6%) e São Bernardo do Campo (9,5%), demonstrando a grande polarização de renda que pode ser encontrada nessas duas cidades (Diadema e São Bernardo do Campo). Faz-se interessante acrescentar que a renda familiar média encontrada na

amostra foi de R\$4.129,57, média menor que a apontada para a Região Sudeste pela pesquisa POF 2017-2018(2019), que foi de R\$ 5.415,49. A mediana apresentada foi de R\$3.320,87 e o desvio-padrão de

R\$3.354,68 (coeficiente de variação de 81,24%), sugerindo uma grande variação da distribuição em torno da média. Como pode ser visto na tabela 4.

Tabela 4 – Variável Renda Familiar

Variável Renda_fam		
Média	R\$ 4.129,57	
Mediana	R\$ 3.320,87	
Desvio Padrão	R\$ 3.354,68	
Coeficiente de Variação	81,2%	
Decis	10	R\$ 1.300,00
	20	R\$ 1.879,74
	30	R\$ 2.232,50
	40	R\$ 2.819,61
	50	R\$ 3.320,87
	60	R\$ 3.934,92
	70	R\$ 4.697,26
	80	R\$ 5.831,37
	90	R\$ 7.762,24

Fonte: Dados da pesquisa.

As classes de consumo, calculadas a partir do Critério Brasil de Consumo (ABEP, 2016), apresentam 44,3% da amostra classificada nas classes A e B, contra apenas 5,3% nas classes D/E e 50,5% na classe C. Na tabela 5, pode ser vista a distribuição da amostra por municípios e

classes sociais, em que se observa no Grande ABC Paulista maior concentração nas classes B2 (29,9%) e C1 (31,2%). Além disso, a cidade de São Caetano do Sul e Ribeirão Pires são as cidades com maior incidência da Classe A2 e Rio Grande da Serra e Mauá, Classe D.

Tabela 5 – Classes de Consumo

Classe Social Critério Brasil	Total da Amostra	Município						
		Santo André	São Bernardo do Campo	São Caetano do Sul	Diadema	Mauá	Ribeirão Pires	Rio Grande da Serra
A2	2,4%	2,9%	2,3%	4,7%	0,9%	-	3,2%	1,2%
B1	12,0%	17,0%	11,4%	16,5%	5,2%	6,9%	13,7%	4,7%
B2	29,9%	35,3%	29,5%	34,1%	32,2%	18,1%	28,4%	22,1%
C1	31,2%	23,7%	35,0%	23,5%	32,2%	38,8%	37,9%	38,4%
C2	19,3%	17,4%	17,7%	16,5%	23,5%	27,6%	13,7%	0,2%
D	5,2%	3,3%	4,1%	4,7%	6,1%	8,6%	3,2%	10,5%
E	0,1%	0,4%	-	-	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa.

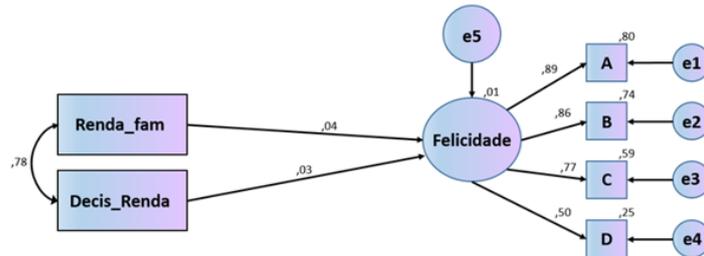
A mensuração do BES, que utilizou a escala de Lyubomirsky e Lepper (1999) como critério de avaliação, teve sua pontuação geral construída pelo cálculo da média aritmética simples dos dados obtidos nas quatro assertivas. De forma geral, os

entrevistados parecem se enquadrar em elevado nível de bem-estar subjetivo, independente da cidade, com médias superiores a 7,5 e mediana igual e superior a 8,0.

A quarta assertiva teve sua pontuação invertida de forma a manter maiores notas no conceito de maior BES. Por apresentar conceito contrário das outras três assertivas que compõem o construto, pode dificultar o entendimento da assertiva

por parte dos entrevistados, podendo explicar assim ter o maior coeficiente de variação entre as assertivas, sendo esse de 29%.

Figura 1 – Modelo de Mensuração Inicial



Fonte: Elaboração dos autores.

Dos indicadores que compuseram o modelo, A, B e C, respectivamente, as assertivas 1 “Em geral, eu me considero...”, 2 “Comparado à maioria dos meus pares...” e 3 “Algumas pessoas são muito felizes...” apresentadas no quadro 1, foram estatisticamente significantes. Tais cargas variaram entre 0,77 e 0,89, atendendo ao pressuposto sugerido por Zwicker *et al.* (2008) de cargas acima de 0,60. A mais baixa e não significativa foi a carga fatorial do indicador D (assertiva 4 “Algumas pessoas não são tão felizes...”), 0,50, reforçando a suposição de que por ter sido invertida para que a menor nota estivesse

relacionada ao maior BES, tal indicador pode ter apresentado problema de entendimento na fase de coleta.

Buscamos a remoção dessa assertiva do modelo, porém houve grande piora na mensuração do BES. Assim, mantivemos a quarta assertiva, já que percebemos sua importância para o construto.

O coeficiente de explicação R^2 , do modelo geral, apresentou 8% de explicação, baixa determinação no ajustamento da equação estrutural, segundo Chin (1998, p.323), o qual estabelece o corte de 0,19, considerado fraca explicação.

Tabela 6 – Significância das Variáveis Renda

Teste T - (P-valor)	
Felicidade <---Renda_fam	,744
Felicidade <---Decis_Renda	,816

Fonte: Elaboração dos autores.

Após a realização do *Bootstrapping*, para a comprovação da veracidade na relação, ambas as significâncias do teste T apresentam valores >5%, levando a não rejeição da Hipótese nula, sendo estatísticas não significantes. O Teste t de Student, nesse caso, testa a relação entre a felicidade e a renda familiar e relativa, tendo como Hipótese nula: Variáveis não significativas na relação (Coeficiente Angular pode ter valor igual a 0).

Outras análises

De forma que o coeficiente de determinação do modelo geral ($R^2 = 0,08$) apresentou baixo nível de explicação, optou-se por aplicar a técnica estatística em cada um dos grupos de renda criados a partir da variável renda familiar.

Os resultados encontrados têm sentido lógico e empírico, uma vez que

existem diversos estudos comprovando que há retorno do BES, após esse chegar a certo nível, tendo sido impulsionado por fatores objetivos ou subjetivos, pela adaptação das pessoas à realidade e/ou a mudança de suas aspirações pessoais (DIENER; BISWAS-DIENER, 2002; FELDMAN, 2015; NIETZSCHE, 2011).

Assim, resolveu-se testar a existência da relação entre renda absoluta e

BES, partindo-se dos grupos de renda segmentados por decis, conforme escala apresentada por Koay, Eng e Wong (2017), formando assim, dez *clusters* estabelecidos pela renda:

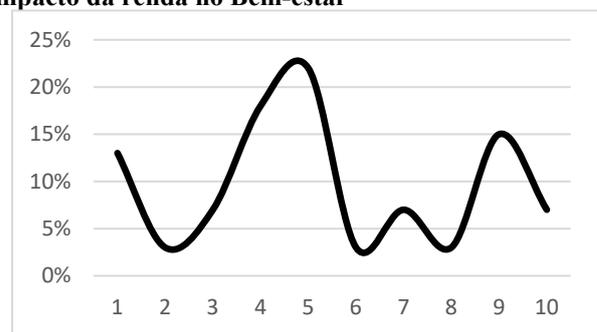
A Tabela 7 reúne os resultados encontrados na relação grupo de renda e felicidade.

Tabela 7 – R² - Grupos de renda

Coeficiente de Determinação por grupos	
1	13%
2	3%
3	7%
4	18%
5	22%
6	3%
7	7%
8	3%
9	15%
10	7%

Fonte: Elaboração dos autores.

Gráfico 3 – Impacto da renda no Bem-estar



Fonte: Elaboração dos autores.

Conforme explícito na tabela, os grupos de renda que apresentaram maior explicação para a medição do bem-estar subjetivo dos indivíduos dessa amostra, foram os grupos 5, 4, 9 e 1, sendo

respectivamente, 22%, 18%, 15% e 13% de determinação no modelo. Todos os grupos apontam para uma associação positiva, porém desigual.

Tabela 8 – Felicidade Média por Grupo de Renda

Grupo	Assertivas				Pontuação Geral
	1	2	3	4 ¹	
Média					
1	7,6	8,0	7,7	7,5	7,7
2	8,0	8,2	7,6	8,1	8,0
3	8,3	8,4	8,1	7,8	8,1
4	7,9	8,2	7,8	7,6	7,9
5	8,2	8,3	7,9	7,8	8,1
6	7,8	8,0	8,0	7,8	7,9
7	8,0	8,1	7,8	7,7	7,9
8	8,2	8,4	8,0	8,2	8,2
9	8,4	8,4	7,9	8,5	8,3
10	8,3	8,5	8,0	8,1	8,2

Fonte: Dados da pesquisa.

¹Variável invertida

Todos os grupos de renda apresentaram grande pontuação no bem-estar subjetivo, conforme tabela 8, demonstrando mais uma vez que na Região do Grande ABC Paulista as pessoas são em geral felizes e, independentemente do nível de renda, apresentam felicidade média elevada, conforme Diener, Lucas e Scollon (2006) defendem, sempre havendo nível positivo de felicidade nos indivíduos. A média geral de bem-estar dos indivíduos dessa amostra apresenta, em todos os grupos de renda, média maior que 7, entretanto, nenhum desses grupos apresentou valores superiores a 8,3, sendo isso, somente apresentado pelo nono grupo.

Como já esperado, o grupo que apresentou menor média foi o primeiro grupo, o de menor renda, com 7,7, seguidos pelos grupos 4, 6 e 7, todos com 7,9 de felicidade média. Os grupos que apresentaram as maiores médias foram os três últimos, oitavo, nono e décimo, 8,2, 8,3 e 8,2, respectivamente, o que é defendido por Easterlin (1974), ao supor que pessoas mais ricas são mais felizes.

O quinto grupo, o qual tem seu coeficiente de explicação igual a 22%, o maior dentre todos os dez grupos, apresenta média geral de bem-estar subjetivo 0,10 acima da média total dessa amostra, sendo esse, o terceiro e os três grupos de maior renda, os únicos que apresentaram médias superiores que a geral da amostra.

Vale ressaltar que a média geral da pontuação do grupo de baixa renda, como pode ser visto, é menor que a dos demais, porém apresenta altos níveis de felicidade, não se distanciando muito da média geral que foi de 8,03. Berg e Veenhoven (2010) apontam que a desigualdade de renda vem acompanhada de menor contentamento, porém maior humor, o que pode ser a explicação pelo nivelamento entre as médias de BES dos grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que seria a vida sem um pouco de emoção, incertezas, amor, fé e por fim,

felicidade? Este estudo veio ao encontro dessa perspectiva, trazendo mais certeza de que a felicidade se dá através da busca pelo completo, a busca pela realização.

Os resultados encontrados neste estudo sugerem uma relação estatisticamente insignificante entre as rendas relativa e absoluta e o bem-estar subjetivo. Tal relação deu-se de forma pouco intensa na Região do Grande ABC Paulista, apresentando 8% de explicação no modelo geral. Um fato importante a salientar, a limitação de uma amostra em *cross-section*, composta por 1.043 dados, o que não nos permite a análise do impacto da renda na felicidade conforme o decorrer do tempo, mas ter somente uma visão do estado momentâneo do BES.

Após a aplicação da técnica estatística em cada grupo de renda relativa que foi anteriormente distribuída, conforme apresentado por Koay, Eng e Wong (2017), assim, aplicou-se a técnica em cada *cluster* apresentado. Notou-se que a maior intensidade nessa relação se deu no grupo central, cerca de 20% de R². Demonstrando assim, que indivíduos da Classe C, possuem maior relação entre a renda e o bem-estar que possuem.

Os resultados apresentados demonstram que há uma série de outros fatores importantes que impactam o BES, não podendo medi-lo somente pela renda ou pela distribuição de renda, algo que muitos estudiosos, citados no referencial teórico, já concluíram.

A desigualdade não tem seu nível mínimo encontrado através dos parâmetros utilizados para medir o BES, já que, como visto nos resultados deste estudo, as médias gerais de BES, ao serem comparadas por grupos de renda, pouco se distanciam. Entretanto, vale ressaltar que os grupos mais ricos tiveram as maiores médias de felicidade apresentadas, o que vem ao encontro das conclusões de Easterlin (1974) de que pessoas com maiores rendas são mais felizes que as de menor renda. Entendendo o impacto das limitações deste estudo, artifícios e sugestões para pesquisas

futuras não faltam. A utilização de amostra em painel ou série de tempo pode se mostrar mais eficiente para os resultados e interpretações, a inclusão de variáveis moderadoras na relação renda e BES deve alterar a baixa explicação encontrada nesse modelo. Ademais, o aprofundamento nas demais políticas públicas que interferem no BES da população do Grande ABC.

REFERÊNCIAS

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas. Critério Brasil. Diretrizes de ordem geral. <<http://www.abep.org/criterio-brasil>> - Acesso em: 19/07/2019.

BERG, Maarten; VEENHOVEN, Ruut. **Income inequality and happiness in 119 nations**. Happiness and Social Policy in Europe. Massachusetts, USA, p. 174–194. 2010

CASTRO, Jorge Abrahão. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. 4, p. 1011-1042, 2012.

CHIN, Wynne W. Commentary: Issues and opinion on structural equation modeling. **MIS Quarterly**, v. 22, n. 1, p. 6-16, 1998.

CORBI, Raphael Bottura; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 518-536, Dec. 2006 .

DE SOUZA BIDO, Diógenes *et al.* Mensuração com indicadores formativos nas pesquisas em administração de empresas: Como lidar com a multicolinearidade entre eles? Administração: **Ensino e Pesquisa**, v. 11, n. 2, p. 245-269, 2010.

DIAS, Suzana Wayand. **O desafio do varejo multicanal: comportamento free-riding do consumidor**. 2014. 337 f. 2014.

Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DIENER, Ed; BISWAS-DIENER, Robert. Will money increase subjective well-being? **Social indicators research**, v. 57, n. 2, p. 119-169, 2002.

DIENER, Ed; LUCAS, Richard E.; SCOLLON, Christie Napa. Beyond the hedonic treadmill: Revising the adaptation theory of well-being. In: **American Psychologist**. 2006.

DIENER, Ed *et al.* New measures of well-being. In: DIENER, Ed. **Assessing well-being: The collected works of Ed Diener**. Springer, Dordrecht, 2009. p. 247-266.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

EASTERLIN, Richard A. Does economic growth improve the human lot? Some empirical evidence. In: DAVID, Paul, A and RENDER, MELVIN, W. **Nations and households in economic growth**. New York. Academic Press. p. 89-125. 1974.

EASTERLIN, Richard A. Will raising the incomes of all increase the happiness of all? **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 27, n. 1, p. 35-47, 1995.

EASTERLIN, Richard A. *et al.* The happiness–income paradox revisited. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 107, n. 52, p. 22463-22468, 2010.

FELDMAN, Robert S. **Introdução à psicologia**. Porto Alegre. AMGH Editora. 10. Ed. 2015.

FRANK, Robert H. The Easterlin paradox revisited. **Emotion**, v. 12, n. 6, p. 1188, 2012.

FREY, Bruno S.; STUTZER, Alois. Happiness, economy and institutions. **The Economic Journal**, v. 110, n. 466, p. 918-938, 2000.

GIANNETTI, Eduardo. **Felicidade**. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 1. Ed. 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo. Editora Atlas SA, 2008.

GRAHAM, Carol. Happiness and health: Lessons—and questions—for public policy. **Health affairs**, v. 27, n. 1, p. 72-87, 2008.

GRAHAM, Carol. The Economics of happiness, insights on globalization from a novel approach. **World Economics**, v. 6, n. 3, p. 41-55, 2005.

GOFF, Leonard; HELLIWELL, John F.; MAYRAZ, Guy. **Inequality of subjective well-being as a comprehensive measure of inequality**. *Economic Inquiry*, v. 56, n. 4, p. 2177-2194, 2018.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria Básica**. 5. ed. Porto Alegre. Amgh Editora, 2011.

HAIR JR, Joseph F.; GABRIEL, Marcelo Luiz Dias da Silva; PATEL, Vijay K. Modelagem de Equações Estruturais Baseada em Covariância (CB-SEM) com o AMOS: Orientações sobre a sua aplicação como uma Ferramenta de Pesquisa de Marketing. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 13, n. 2, p. 44-55, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018** – POF. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 abr. 2019.

KLING, Rex B. **Principles and practice of structural equation modeling**. New York. Guilford publications, 4. Ed. 2015.

KOAY, Ying-Yin; ENG, Yoke-Kee; WONG, Chin-Yoong. The Easterlin's paradox revisited: the role of incentive oriented fairness. *In: FROM DATA TO KNOWLEDGE: THE JOURNEY, MALAYSIA STATISTICS CONFERENCE*, 5., 2017. **Proceedings** [...]. Malim Nawar. Abstract, 2017.

KÜMMEL, Marcelo Barroso. Piso salarial estadual: constitucionalidade e obrigatoriedade. **Revista Eletrônica: Acórdãos, Sentenças, Ementas, Artigos e Informações**. v. 12, n. 198, 2016.

LYUBOMIRSKY, Sonja; LEPPER, Heidi S. **A measure of subjective happiness: Preliminary reliability and construct validation**. *Social indicators research*, v. 46, n. 2, p. 137-155, 1999.

NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. **Modelo de equações estruturais: uma introdução aplicada**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap). 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. **Vontade de potência**. São Paulo. Vozes de Bolso 1. Ed. 2011.

OLIVEIRA, Dalila. Andrade.; PINI, Mônica. Eva.; FELDFEBER, Myriam. Políticas educacionais e formas de regulação: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *In: OLIVEIRA, D. A.; PINI, M. E.; FELDFEBER, M. (Orgs.). Políticas educacionais e trabalho docente: perspectiva comparada*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. p. 11-24.

PREARO, Leandro Campi. **Os serviços públicos e o Bem-estar subjetivo da população: uma modelagem multigrupos baseada em mínimos quadrados parciais**.

2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2014.

RICKARDSSON, Jonna; MELLANDER, Charlotta. Absolute vs Relative Income and Life Satisfaction. **Royal Institute of Technology**, CESIS, 2017.

SACHS, Jeffrey. Introduction. *In*: HELLIWELL, John; LAYARD, Richard; SACHS, Jeffrey (Eds.). **World Happiness Report**. New York, Earth Institute, Columbia University, 2012.

SANTOS, Anabela Sousa. Economia da felicidade. **Determinantes da felicidade e a influência das dimensões socioculturais**. Um estudo multicultural. Universidade de Lisboa, 2015.

STEVENSON, Betsey; WOLFERS, Justin. Economic growth and subjective well-being: reassessing the Easterlin paradox. **National Bureau of Economic Research**, p. 1-102. 2008.

TAVOR, T. *et al.* The effects of income levels and income inequalities on happiness. **Journal of Happiness Studies**, v. 19, n. 7, p. 2115-2137, 2018.

USCS – UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. **Pesquisa**

socioeconômica do ABC. Relatório de Pesquisa - 65º levantamento. São Caetano do Sul: INPES/USCS, 2017.

VEENHOVEN, Ruut. Is happiness relative? **Social indicators research**, v. 24, n. 1, p. 1-34, 1991.

VELOSO, João FA *et al.* Uma visão inicial dos subsistemas da gestão pública municipal. Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras. Brasília, DF: **Ipea**, p. 11-40, 2011.

YASAR, Rusen. Subjective well-being and income: a compromise between Easterlin paradox and its critiques. **Economics: The Open-Access, Open-Assessment E-Journal**, v. 12, n. 2018-43, p. 1-23, 2018.

ZWICKER, Ronaldo, SOUSA, Cesar. BIDO, Diogenes de Souza.. Uma revisão do Modelo do Grau de Informatização de Empresas: novas propostas de estimação e modelagem usando PLS (partial least squares). *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – EnANPAD, 29, 2008. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, p. 1-16, 2008.

¹ Alyne Mantoan

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (2014) e graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (2018). Mestranda em Administração com ênfase em Gestão para o Desenvolvimento e Regionalidade (2018-2020). Auxiliar administrativo na Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

² Leandro Campi Prearo

Possui graduação em Matemática com ênfase em Informática, Mestrado e Doutorado em Administração - Métodos Quantitativos pela Universidade de São Paulo (2008). Atualmente é professor de Pós-graduação FIA-USP; Reitor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Gestor do Instituto de pesquisas da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Professor do programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração e Mestrado Profissional em Docência e Gestão Educacional da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Tem experiência na área de MÉTODOS QUANTITATIVOS, atuando principalmente nos seguintes temas: Análise Multivariada de Dados,

Bioestatística, Estatística Avançada, aplicadas à área da saúde e da educação (envelhecimento, bem-estar, censos educacionais, censos de saúde, pesquisas sobre qualidade de ensino), administração pública e mercadologia.

³ Daniel Giatti

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (2013). Mestrado em administração com ênfase em métodos quantitativos na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP (2018).

Professor dos cursos de ciências econômicas, administração e tecnologia de negócios da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, gestor do Instituto de Pesquisas da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, analista de dados socioeconômicos licenciado do Consórcio Intermunicipal Grande ABC e delegado municipal de São Caetano do Sul do CORECON-SP.